

# Valorização da Amazônia

## (O Território Federal do Rio Branco)

ANTÔNIO MARTINS  
(Deputado federal)

A Revista do Serviço Público divulga no presente número o ensaio do Deputado Federal Antônio Martins, sobre o Território Federal do Rio Branco, cujo povo aliás, o elegeu seu 1.º representante no Parlamento Brasileiro.

Trata-se de valiosa contribuição para o melhor conhecimento de uma vasta região destinada a ser, pelas suas características peculiares e grandes recursos inexplorados, uma das mais prósperas unidades da Federação. A Revista do Serviço Público tem divulgado, através de suas páginas, importantes estudos, planos e contribuições de vários autores sobre os problemas relativos às diversas regiões geo-econômicas do país. Ao próprio Território Federal do Rio Branco dedicou esta revista uma atenção toda especial publicando em 3 números sucessivos — set., out. e novembro de 1945 — uma análise geo-econômica do sr. Araújo Cavalcanti, intitulada "RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO BRANCO" — trabalho êsse que teve ampla repercussão nos círculos técnico-culturais do país.

As idéias do eminente deputado federal Antônio Martins foram objeto de importante discurso pronunciado na Câmara dos Deputados no dia 7 de outubro de 1947. (N. R.)

**H**ÓNRADO com o mandato que me conferiu o generoso povo do Território Federal do Rio Branco, elegendo-me, em pleito livre, seu primeiro representante na Câmara dos Deputados, entendo como indeclinável obrigação proporcionar ao Congresso Brasileiro um descortino dos problemas fundamentais daquele portentoso vale.

A par dessa obrigação, para cuja desincumbência encareço a benevolência da Casa, há a con-

siderar, ainda, três motivos que ajudam a justificar minha presença nesta tribuna: *primeiro*, o fato de ainda não haverem sido revelados à maioria dos representantes do povo brasileiro as realidades da área riobranquense; *segundo*, os magníficos resultados que vêm alcançando os árduos trabalhos da Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, no sentido da melhor aplicação dos recursos previstos pelo artigo 199 do diploma constitucional, referente ao desenvolvimento da maior peneplanície do mundo, de que o Rio Branco faz parte, com uma fisiografia diferente; *terceiro*, o interesse que têm despertado no meio parlamentar os problemas de governo regional, de que são provas cabais, entre outras, os pronunciamentos favoráveis ao restabelecimento do Território Federal de Ponta Porã e criação de novos Territórios Federais, pela reforma constitucional, que se impõe.

Por outro lado, sob a certeza de que os Territórios Federais, a despeito de suas peculiaridades regionais, possuem problemas comuns de legislação, organização e governo, espero também concorrer para as soluções requeridas, invocando, para isso, senão a autoridade necessária, pelo menos a experiência de um velho servidor das causas territoriais.

Assim sendo, o presente trabalho obedeceu a um plano, pelo qual tenho em vista informar sobre os aspectos mais importantes da área territorial riobranquense, compreendendo:

I — Introdução;

II — O Território Federal do Rio Branco, sua origem, limites e organização;

III — As primeiras explorações no Rio Branco e a configuração de suas fronteiras;



IV — Importância geopolítica do Território Federal do Rio Branco;

V — A "Guiana Brasileira" e o Relatório de Hamilton Rice;

VI — Zoneamento geo-econômico do Território Federal do Rio Branco e seu regime de produção;

VII — O Território Federal do Rio Branco e seus problemas de imigração e colonização.

Sinto o Congresso, sem falar exclusivamente do ponto de vista partidário, como uma síntese de expressão dos diversos meios nacionais, pela qual o Brasil se exprime e se entende. Cada representante fala a linguagem dos problemas de sua terra, com peculiaridades próprias, e, do confronto das diversidades, em face das aspirações do povo, tem resultado melhor conhecimento de nós mesmos.

Desejo, portanto, trazer até aqui imagens do Território Federal do Rio Branco, para que esse conhecimento se torne mais efetivo. Através dessas imagens, estou certo de que o Congresso poderá comprovar que a luta do povo riobranquense não é menor do que a de outros que se empenham na secular tarefa de desbravamento das florestas equatoriais, dominação dos vales que estimulam a selvageria de sua natureza e civilização dêsses espaços que a nação brasileira tanto se tem retardado em ocupar.

## II — O TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO: SUA ORIGEM, LIMITES E ORGANIZAÇÃO:

Criado pelo Decreto-lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1945, conjuntamente com os territórios Federais do Amapá, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguazú, o Território Federal do Rio Branco se constituiu inicialmente de partes desmembradas ao Estado do Amazonas, compreendendo áreas territorializadas dos Municípios de Boa Vista, Moura e Barcelos. O Decreto-lei número 6.550, de 31 de maio de 1944, retificou os limites das referidas entidades, alterando, entre outros dispositivos, o § 2.º do art. 1.º do citado Decreto-lei n.º 5.812, e a alínea b do Decreto-lei n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943, que dispõe sobre a administração daqueles territórios.

Dêsse modo, define-se no Território Federal do Rio Branco um espaço com admiráveis possibilidades ecumênicas e que esbarra a Oeste, Norte

e Leste, nos limites com a República da Venezuela e a Guiana Inglesa; a Sueste e Sul, rio Jamundá ou Nhamundá, na sua nascente principal na serra Uassari até o paralelo da nascente principal do rio Alalaú, até a sua foz no Rio Jauaperi, descendo por este até a sua foz no rio Negro e por este rio acima até a foz do rio Jufari; — a Sudoeste, o rio Jufari, desde a sua foz até a sua nascente principal; o divisor de águas entre os rios Demeni e Xeruini, desde a nascente principal do Jufari até o divisor de águas entre o Demeni e o Catrimani; este divisor até encontrar o paralelo que passa pela nascente principal do rio Catrimani e seguindo por este paralelo até a serra Parima (Decreto-lei n.º 6.550, art. 1.º, b).

Quanto à organização administrativa, seria dividido em dois Municípios, com a denominação de *Boa Vista* e *Catrimani*, compreendendo o primeiro a área do Município de igual nome que pertencia ao Estado do Amazonas e o segundo a parte do Município de Moura, no referido Estado (Decreto-lei n.º 6.550, art. 3.º, b).

Com esses limites, o Território Federal do Rio Branco retalha no mapa a evocação de uma cabeça de boi, inteiramente no hemisfério norte e na parte mais setentrional do Brasil, com uma superfície maior do que a do Estado de São Paulo (252.365 kms<sup>2</sup>). Mas essa enorme extensão é apenas pequeno bocado de uma faixa de fronteira despovoada e morta, outrora cenário de controvérsias de limites, mas para onde se voltam hoje os interesses do Governo da República, no sentido de incorporá-la definitivamente à civilização nacional.

Confirmada, pela Constituição de 18 de setembro, a existência do Território Federal do Rio Branco, com a possibilidade de erigir-se em Estado, subdividir-se em novos Territórios ou volver a participar da superfície do Amazonas, resta agora rever, em face do novo Estatuto, a legislação que o rege, diante das razões já ditadas pela experiência. Sob esse aspecto, invoco a autoridade do autor da Consolidação das Leis Territoriais, para cuja elaboração prestou o seu concurso jurídico e técnico, porquanto as idéias enunciadas em suas duas obras de Direito Público Territorial apóiam meu ponto de vista a respeito, principalmente no que se refere ao Decreto-lei n.º 7.775, de 24 de julho de 1945, que dispõe sobre a organização administrativa do Território Federal e dá outras providências.



Os problemas de limites, divisão administrativa e organização do Território Federal do Rio Branco não diferem dos de outros Territórios, porquanto as deficiências resultam de suas origens legislativas, de vez que não houve a necessária discussão e participação dos interessados, quando se elaboraram os atos de desmembramento dos Estados e conseqüente alteração da organização nacional.

Tais deficiências, porém, podem ser corrigidas pela revisão legislativa que se impõe, com base na experiência. Nesse sentido, sugiro a criação de um órgão com a competência não só de acompanhar a ação dos executivos territoriais, como também examinar os problemas comuns de legislação, administração, orçamento e organização. Não sei se os representantes dos outros Territórios estão de acordo com esta sugestão. Mas, do ponto de vista dos interesses do Rio Branco, parece-me aconselhável, mesmo porque a natureza similar dos problemas territoriais impõe a necessidade de um trabalho de cooperação e em viva articulação com certos órgãos do Poder Executivo, a fim de que o material legislativo que já se mostra esparso possa ser sistematizado num Código de Administração Territorial ou numa Lei Orgânica, abrangendo diversos aspectos de governo e administração, sobre os quais não se pode prescindir do concurso dos especialistas do Governo Federal. Limites, divisão política, organização judiciária, organização administrativa, planejamento e controle, problemas de administração geral — todos esses tópicos constituem matéria de codificação que precisa de ser examinada em conjunto, antes de qualquer projeção formal. Além do mais, os Territórios, a meu ver, devem funcionar como unidades de um sistema nacional de administração e governo e não como compartimentos estanques a despeito das peculiaridades de cada um, em virtude de sua natureza jurídica e de seus problemas de legislação, administração e governo.

### III — AS PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES DO RIO BRANCO E A CONFIGURAÇÃO DE SUAS FRONTEIRAS

A área riobranquense, em remotos tempos coloniais, desafiou a imaginação de ousados exploradores, principalmente espanhóis, que, ao buscarem o *El Dorado* nas suas lendárias paragens, cedo descobriram, diante de serras e campos, as possibili-

dades econômicas que a mesma oferecia. Autores como *Baena*, *Berredo*, *Nabuco* e o *Barão de Marajó*, este na admirável obra "As Regiões Amazônicas" (Lisboa — 1895 — pág. 239), referem-se às primeiras explorações ali efetuadas e de que há referências na substanciosa "Relação Geográfica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa", escrita pelo Bacharel *Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio*.

Entre 1639 e 1655, os portugueses já haviam reconhecido o Rio Branco, primitivamente chamado *Quecuene* e, mais tarde, *Paraviana*. As maiores incursões, porém, foram efetuadas entre 1670 a 1671.

Das "expedições de resgate", há memória de algumas de certa significação, como a de *Manuel Ayres*, ao Tacutú, onde encontrou frei *Jerônimo Coelho* e outros missionários carmelitanos vivendo entre os índios, nos anos de 1720 e 1725. A expedição de *Lourenço Belforte*, em 1740, subiu o Uraricoera e aí instalou arraial. Verificou-se ainda, nesse ano, a incursão de *Francisco Xavier de Andrade*.

Em 1741, *Nicolau Hortsman* passou do Essequibo ao Branco pelo Rupununi. Em 1763, notam-se a entrada do capitão paraense *Francisco Ferreira* — e a expedição de *Criciôvão Aires Botelho*, acompanhado do "príncipe" *Donaire*. E, havendo notícias de novas incursões de espanhóis, o Governador Geral do Pará, *General Francisco Costa Ataíde Teive*, determinou, em 1766, ao Governador do Rio Negro, *Joaquim Tinoco Valente*, que mandasse observar o Rio Branco. Daí resultou a expedição do Alferes *José Agostinho*, que subiu o Uraricuera.

Mais tarde, em 1773, um engenheiro alemão, Capitão *Felipe Sturm* subiu o Uraricuera, chegou à foz do Tacutú, com o Capitão *Domingos Franco de Carvalho*, o qual aprisionou os espanhóis. Àquele oficial alemão deve-se a construção do pequeno forte de S. Joaquim.

Daí por diante, novas explorações se fizeram e, mais tarde, até os ingleses de *Demerara* visaram a ocupação do Rio Branco, conforme consta da memória do Tenente-coronel de Artilharia *Antônio Ladislau Monteiro Baena*, "sobre os intentos" daquele povo "de usurpar as terras ao oeste do Rio Rupununi adjacentes à face austral da Cordilheira do Rio Branco para ampliar sua colônia"...



Outras expedições foram ainda empreendidas ao Rio Branco, merecendo ser ressaltada a do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata, em 1798, à Colônia Holandesa de Surinam. O referido porta-bandeira partiu do Pará em 30 de março desse ano, subiu o Amazonas até Manaus, de onde passou à foz do Rio Branco, no Negro. Daí penetrou o Alto Rio Branco, subiu o Tacutu, passou ao Essequibo e, finalmente, alcançou *Demerari*, em 12 de setembro do mesmo ano. Dessa possessão inglesa viajou para *Surinam*, de onde mais tarde regressou pelo mesmo caminho, numa jornada memorável.

Ora, diante de tais fatos, através dos quais justo é exaltar a política portuguesa na sua histórica tarefa de preservação da soberania lusitana, patenteia-se, claramente, a importância de que sempre se revestiu o domínio da "Guiana Brasileira", nestes séculos de ocupação. Essa importância ainda mais se acentuou quando, mais tarde, surgiram as importantes questões de limites, já solucionadas pelo gênio pacificador da diplomacia. E, desde que a área riobranquense já não constitui motivo daqueles receios que levaram o Governo Colonial a edificar o forte de S. Joaquim, hoje em ruínas pelo secular desuso, devemos olhar a faixa de fronteira em que se enquadra o Território do Rio Branco, não como um problema militar, mas eminentemente econômico, ligado ao desenvolvimento de uma das mais ricas porções não só do Brasil mas do hemisfério.

Se já nos é juridicamente reconhecida a posse da área riobranquense, agora territorializada, resta-nos somente ocupá-la em definitivo, impregná-la de uma consciência de brasilidade e promover a utilização de seu abundante espaço, através de uma séria política de governo colonial e desenvolvimento econômico, pela utilização de suas indiscutíveis possibilidades ecumênicas.

#### IV — IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO

Repito que, no momento presente, quando estão juridicamente solucionados os nossos problemas de fronteiras e quando mais se acentuam as necessidades de cooperação dos povos continentais, já não mais se justificam, no Rio Branco, aquelas preocupações militares que orientaram, nos tempos coloniais, as primeiras iniciativas de seu povoamento.

Isto vem ao caso porque o Território Federal foi ali instituído, naquela imensa faixa abandonada, no interesse da defesa nacional, conforme o dispositivo constitucional em que se inspirou toda a legislação ainda vigente sobre Territórios.

Não havendo mais razão de ser do art. 6.º da Constituição de 10 de novembro de 1937, que não sobreviveu na Constituição de 18 de setembro, torna-se fora de época reavivar os históricos receios daqueles instantes de apreensão, para imprimir qualquer caráter militarista do Governo e às justificações da existência da entidade.

Além de tudo, a área brasileira incluída no Território Federal do Rio Branco e as dos países limítrofes — interdependentes pelas suas necessidades de progresso e constitutivas de um centro de interesse com a mesma configuração fisiográfica — não podem viver como compartimentos estanques, embora sob nacionalidades distintas. Por outro lado, a geopolítica promoveu a revisão dos conceitos clássicos de fronteiras e influenciou na renovação de sentido dos institutos de Direito Público, pela superposição dos interesses de interdependência convencionais da separação política.

O que se deve fazer é fomentar a auto-suficiência do Território Federal do Rio Branco, estimulando a capacidade de iniciativa de suas populações e promovendo o aproveitamento de suas riquezas, a fim de prepará-lo para a vida autônoma. A entidade Território possui, dentro dessa finalidade, o significado de uma etapa experimental de preparação para o federalismo, no sentido da melhor organização nacional, em virtude de facultar o aparecimento de novos Estados. Se não houver essa compreensão, os Territórios continuarão a pesar por muito tempo nos orçamentos de despesas transformados em verdadeiros sorvedouros de verbas. E, para que isso não aconteça no Rio Branco, não o justifico como medida apenas de "interesse da defesa nacional" compreendida no sentido estritamente militar, mas como entidade federal cuja organização governamental e administrativa de caráter civil deverá votar-se à assistência às populações e ao desenvolvimento econômico da região. Aliás, outra não tem sido a orientação do Governo, porque, além da nomeação exclusivamente de militares para os postos de governo, nada ali se tem feito no interesse da defesa nacional, compreendido este naquele caráter.

Os próprios fatos econômicos dos tempos coloniais justificam a importância da contribuição



do Rio Branco para o progresso dos Estados circunvizinhos, estimulando as investidas de ocupação que o Direito posteriormente solucionou. Na "Descrição relativa do Rio Branco e seu Território", em 1778, Manuel da Gama Lobo D'Almada teceu importantes considerações sobre as vias naturais de acesso dos povos vizinhos, em busca das riquezas riobranquenses.

Aos espanhóis, os caminhos fáceis estariam na descida de qualquer dos rios que desaguam no Rio Branco, esbarrando, porém, nos obstáculos antepostos pelas cordilheiras, com a comunicação do Orinoco.

Aos holandeses, o acesso às campinas seria mais fácil, subindo o Esequibo ao Rupununi, para daí alcançarem o Rio Branco.

Aos franceses, porém, o acesso se tornaria mais difícil, porque do Maroni, que separava os franceses dos holandeses, não havia facilidade de passagem para o Rio Branco e ainda devido à própria localização de Caiena, à leste daquele rio.

Por aqueles caminhos naturais, os aventureiros das colônias fronteiriças fizeram incursões ao Rio Branco, atraídos pelas riquezas da região pelas trocas e pelo comércio de escravos com as numerosas tribos da "gentilidade" de que aquele pioneiro "achou notícia": *Paravilhanos*, nas cabeceiras do Tacutu; *Aturais*, nas serras do Tacutú e Repunuri; *Amaribas* e *Caripunas*, a oeste das serras do Repunuri; *Caribes*, a poucas léguas dos *Caripunas*; *Macuxis*, estendendo-se até às vertentes do Surumu; *Capixanas*, mais numerosos, nas serras que decorrem das vertentes do Maú, até as do Parima; *Oiacás*, nas serras localizadas entre o Majari;

*Aracapus*, nas serras das cabeceiras do Majari.

*Quinhaus*, num igarapé afluente do Urari-cuera;

*Protocós*, no igarapé Tacutu;

*Macus*, na serra de Andauari;

*Guimaras*, nas cabeceiras do Maracá;

*Aocuis*, no rio Cauamé;

*Iapiraris*, nas cabeceiras do Mocajá;

*Saparás*; *Pauxianas*, *Parauanas*, no Catri-mani;

*Chaperos*, *Guajuras*, etc.

Ao ter notícia dessa numerosa *gentilidade* e ao perceber as possibilidades de riqueza das regiões do fabuloso Vale, pela exploração dos recursos naturais, fabricação de manteiga de tartaruga, criação de gado nos imensos e férteis campos", plantação de algodão, café, cacau e anil silvestre, Lobo D'Almada escreveu no seu relatório: "Uma das maiores vantagens que se pode tirar do Rio Branco é povoá-lo e colonizar toda esta fronteira com a imensa gente que habita as montanhas do país".

Se houvesse o Governo Colonial seguido, em tempo, os conselhos de Lobo D'Almada, o núcleo do Forte S. Joaquim, construído de pedra e barro na foz do Tacutu, e as antigas povoações de Carmo, Santa Maria, S. Martinho, hoje em ruínas e algumas até desaparecidas, se teriam transformado em centros vivos de irradiação do desenvolvimento econômico da gleba.

Entre as medidas sugeridas, constava a oferta de gado aos colonos, deslumbrado que ficou o velho pioneiro com as "férteis campinas" que se estendem até as cabeceiras dos rios Maú, Sumuru e Majari, as quais, conforme relatou, "são cobertas de excelente pasto para gado, semeadas de ilhas de mato que abrigariam o gado na força do calor mais intenso, regadas de igarapés que a fertilizam, com inumeráveis lagos de que se tira quantidade de sal montanum, próprio a fazer mais saborosos os pastos e por isso de mais nutrição".

À semelhança dos tempos coloniais, o Rio Branco ainda hoje está no círculo de interesses econômicos dos povos vizinhos, sempre interessados no gado que a região não pode fornecer para o suficiente abastecimento dos núcleos fronteiriços; necessitados de produtos agrícolas que o Território não pode produzir, em virtude do atual regime econômico, da falta de assistência, de máquinas e de braços para a lavoura; fascinados pelas possibilidades de suas riquezas minerais, principalmente dos indícios de petróleo que o Governo Brasileiro ainda não pesquisou. Dêsse modo, não devemos apenas vigiar de longe essas riquezas, como as sentinelas coloniais do velho Forte de São Joaquim, mas tentar explorá-las, pela realização de um sério plano de desenvolvimento econômico da área riobranquense.

Mais importante do que os diamantes do Tepequem são inúmeras outras aflorações minerais de mais valor, mas que ainda não pesquisamos;



são as possibilidades da indústria pastoril organizada, da agricultura das terras firmes e do aproveitamento do potencial hidroelétrico da região. Além disso, há ainda as reservas dos lençóis petrolíferos que procedem da Venezuela mas que ainda não foram nem sequer sondados, a despeito de notícias de emanções espontâneas no Mocaí.

#### V — A "GUIANA BRASILEIRA" E O RELATÓRIO DE HAMILTON RICE

A despeito daquelas explorações coloniais, a extensa superfície do atual Território do Rio Branco, principalmente o Alto Rio Branco e a região Montanhosa, de peculiar configuração geográfica na Amazônia, ainda constitui uma importante área de pesquisa. Continua a desafiar a argúcia dos geógrafos, geólogos, economistas e naturalistas, porquanto ainda não foi levada avante, naquelas longínquas paragens, uma obra definitiva de levantamento geral, cientificamente orientada, principalmente para fins de administração e governo.

A região do Uraricuera-Parima, por exemplo, ainda continua sob tais aspectos, envolta em dúvidas e controvérsias, apesar do trabalho de reconhecimento das poucas expedições que a têm per-lustrado, desde os tempos coloniais: em 1787, a Comissão Portuguesa de Fronteiras, sob a direção do Governador Lobo D'Almada, subiu o Uraricuera até a boca do Uraricapara; em 1882, a Comissão Venezuelana-Brasileira, dirigida pelo Tenente Senior Naval Francisco Xavier Lopes Araújo, subiu o Uraricuera até próximo de sua nascente na serra Parima; em 1838-1839, Robert Schomburgk empreendeu em um ano uma histórica jornada de ida e volta à Guiana Inglesa; em 1911-1912, Theodor Kock-Grümburg subiu o Rio Branco e o Uraricuera até o Aracassa, de onde seguiu o mesmo itinerário feito há 73 anos por Schomburgk, até alcançar eventualmente o Orinoco e voltar a Manaus, de S. Francisco de Atabapo pelo Orinoco Cassiquaro e Rio Negro; em 1913, o Dr. William Curtis Farabee subiu o Rio Branco até Boa Vista, de onde tentou transpor o Furo Sul ou Maracá do Uraricuera, etc. Quero fazer especial referência aos trabalhos de levantamento do Comandante Brás Dias de Aguiar, recentemente executados, com objetivos de demarcação de duas fronteiras.

Não sendo meu intuito fazer uma sinopse histórica dos pioneiros do Rio Branco, desejo referir-me particularmente à Expedição que Hamilton Rice levou a efeito, de agosto de 1924 a junho de 1925, na área da "Guiana Brasileira", que ele definiu como sendo a "porção nordeste de um gigantesco quadrilátero, o qual pode ser delimitado por linhas inclinadas partindo de Bogotá e do Monte Roraima, em direção a Iquitos e Manaus, ligados, respectivamente, os dois pontos ocidentais com os seus opostos, por paralelos".

Nessa região, que o ilustre geógrafo investigou durante um quarto de século e que foi objeto de sete (7) expedições, foram realizados importantes estudos, com os seguintes objetivos: — levantamento e traçado do mapa do Rio Branco, com o seu afluente ocidental, o Uraricuera, explorando-o até a sua nascente na serra Parima; investigar a existência de algum atalho ou passagem entre as cabeceiras do Uraricuera e a do Orinoco, promover experiências com diversos aparelhamentos científicos; realizar levantamentos aéreos com o primeiro aeroplano (tipo Curtiss Sea-Gull) que sobrevoou a região; realizar estudos de geologia e examinar a fisiografia geral da região; promover investigações de antropologia, etnologia e inspeção médica da área em estudo", etc.

Ao regressar, Hamilton Rice escreveu um Relatório que leu, na noite de 22 de março de 1926, na mundialmente famosa Sociedade de Geografia de Londres, e que foi publicado em francês, luxuosamente ilustrado, inglês e espanhol.

Não fôra o patriótico esforço de dois técnicos do D.A.S.P. que colaboraram nos trabalhos de organização administrativa do Território Federal do Rio Branco, o relatório Rice ainda não teria sido traduzido para o vernáculo. Considerando que sua publicação se impõe como uma revelação técnica das incalculáveis possibilidades econômicas da região, tomei a iniciativa de ser a mesma feita pela Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia, mediante acôrdo com os tradutores.

#### VI — ZONEAMENTO GEO-ECONÔMICO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO E SEU REGIME DE PRODUÇÃO.

Na extensa superfície do Território Federal do Rio Branco, cuja maior porção se localiza na



despovoada faixa de fronteiras, configuram-se nitidamente três contrastes fisiográficos, aos quais as rudimentares atividades de produção de seus rarefeitos habitantes imprimem, por sua vez, uma fisionomia econômica peculiar.

Essa peculiaridade é também de natureza geográfica, conforme salientou Hamilton Rice, Rice, quando, ao se referir ao comentário de que o maior rio do mundo corre também na maior península do mundo, ressaltou a diversidade existente entre a Guiana Brasileira e o resto da Amazônia. Com efeito, essa diversidade fisiográfica existe, determinando, por sua vez, a peculiaridade econômica do Território Federal do Rio Branco, a única unidade da Amazônia Brasileira cujos problemas de valorização independem dos planos de amparo à borracha apesar desse produto influir na vida de toda a comunidade dos Estados Amazônicos.

As atividades de indústria extrativa, de produtos em estado de natureza, se configuram conforme as ocorrências das espécies de maior vantagens financeiras, o que decorre, por sua vez, de condições fisiográficas peculiares. Daí o motivo por que a borracha predomina na economia amazônica, em virtude de grandes seringais, e onde as quedas de cotação encontram ainda anteparo na valorização de outros produtos, principalmente castanhas, sementes, raízes, fibras, essências e madeiras.

O fato de, no Rio Branco, se verificarem essas ocorrências de recursos florestais, apenas na pequena parte amazônica do Território concorre para que não haja predominância da borracha na economia desse Território. Por outro lado, resultando mais vantagem na exploração de minérios e criação do gado, o Território do Rio Branco, está livre da tirania da borracha, podendo constituir na Amazônia uma economia completamente diferente, mesmo que continue a progredir a incipiente produção de borracha e castanha do Baixo Rio Branco. Mas, a despeito da diversidade das atividades econômicas, o Território Federal não se pode furtar aos trágicos efeitos de seu regime econômico, os quais se assemelham em todos os ramos da indústria extrativa, quando rotineira e empiricamente processada, conforme acontece em todos o Brasil. Borracha, castanha, madeiras, garimpo e gado, etc. — são atividades de técnicas diferentes, mas com a mesma natureza e os mesmos efeitos.

Ainda não existem, infelizmente, estudos definitivos sobre o zoneamento do Território Federal do Rio Branco com os necessários cálculos de área de cada sub-região. Recorrendo, porém, às observações existentes, transcrevo a informação do melhor trabalho sobre o assunto, comentando a fisiografia elementar do Território Federal do Rio Branco: “compreende três grandes sub-regiões características, com relevos diferentes, culturas próprias e suas peculiaridades geo-econômicas e antropogeográficas bem definidas: o Baixo Rio Branco, o Alto Rio Branco e a Região Montanhosa”. (Araújo Cavalcanti, op. cit.).

A região do Baixo Rio Branco representa a parte verdadeiramente amazônica do Território, constituída de florestas integrantes da imensa área equatorial a que Humboldt chamou de Hiléia.

A despeito das riquezas florestais, assemelháveis às de outras matas gerais da planície, essa região não tem podido resistir à concorrência das atividades mais lucrativas que absorvem os habitantes do Alto Rio Branco e da Região Montanhosa.

Daí a causa do retardamento de sua ocupação, seu prático despovoamento e suas dificuldades de colonização. Daí, também, o fato de ser o Território Federal do Rio Branco a única unidade da Amazônia Brasileira cuja economia não repousa na indústria extrativa vegetal, a despeito da incipiente produção de *borracha*, *balata*, *castanhas*, *madeira* e *sementes*.

Trata-se, no entanto, de região de excepcionais possibilidades econômicas, baseadas nas suas reservas de recursos florestais e no fácil acesso, no inverno, aos portos de maior importância. Seu desenvolvimento poderia verificar-se rapidamente se fosse adotada uma nova divisão administrativa do Território e se houvesse a necessária concentração de recursos, em organizações de caráter reprodutivo, no sentido de estimular os incipientes núcleos de população que aí vegetam, como os de Santa Maria do Boiaçu, Rio Xerui, *Catrimani*, onde nem sequer foi instalado o Município aí previsto, São José do Anauá e Caracará, que deveria ser a sede de um novo município.

Cêrca de duzentas milhas separam Manaus da boca do Rio Branco, cuja bacia abrange mais de 35.000 km<sup>2</sup>.

De Manaus até sua embocadura, no Rio Negro, e daí até duzentos e cinquenta milhas acima,





o rio continua a ser navegável. Vencidas essas milhas encontram-se os primeiros obstáculos de um trecho encachoeirado que se estende por 24 quilômetros.

Deve-se esclarecer que o baixo Rio Branco, na sua extensão de 400 km., a partir da embocadura, só é francamente navegável de maio a agosto até o povoado de Caracarái, na margem direita. Nos restantes oito meses do ano, quando o rio baixa sensivelmente, o seu volume d'água, a navegação só é permitida a pequenos motores, rebocando batelões de reduzida tonelagem e de calado não superior a 2 1/2 pés, desprovidos dos mais rudi-

mentares preceitos de conforto e higiene. As viagens tornam-se verdadeiras odisséias.

O leito do Rio Branco, desde a foz até à nascente, é coberto de enormes praias que se sucedem, em ambas as margens, separadas apenas por estreito canal, geralmente atravessado a vau. Devido às cachoeiras aí existentes, o acesso à Boa Vista torna-se ainda mais difícil no verão, resultando, daí, o projeto colonial de uma estrada, ainda não executado.

O percurso Manaus-Caracarái-Boa Vista, em virtude da incipiente produção regional parece não justificar tráfego intenso, de modo que o pro-



blema de ligação pode ser, por enquanto, mais de organização do que pròpriamente de abertura e conservação de estradas. Só se tornariam essas necessárias nas fases de vasante de setembro a abril. Ressalve-se, porém, o trecho compreendido entre Caracará e Bôca da Estrada cujo esbôço já existente, contornando a Cachoeira Benquerer, deve ser convenientemente concluído, de sorte a oferecer garantia absoluta ao tráfego de caminhões, em serviço de transporte de carga e passageiros.

No período de cheia, lanchas pequenas podem vencer em oito dias a distância entre Manaus a Fazenda São Marcos, principalmente nos meses de maio a agosto, com águas mais abundantes em junho. No período de vasante, as mesmas embarcações gastam de 15 a 20 dias, e até mais. As passagens e os fretes nessa época são cobrados quase em dôbro e, forçoso é confessar, sem resultado relativamente compensador para os armadores, cujo capital empregado nos barcos e acessórios e os valores transportados estão segurados apenas na perícia admirável dos destemidos pilotos das cachoeiras os quais enfrentam o perigo iminente com estoicismo de verdadeiros abnegados do dever, o que consigno aqui como justa homenagem àqueles bravos cooperadores incógnitos do progresso e da civilização do Rio Branco.

Pelo exposto, é imperiosa e urgente a melhoria do atual meio de transporte fluvial que nos liga a Manaus, centro onde o comércio riobranquense se abastece, dotando-o de embarcações apropriadas e retificando o canal na parte encachoeirada. Esse serviço simplíssimo consiste na remoção de algumas pedras isoladas, sem prejudicar a estrutura do sistema natural de retenção das águas. A retificação, pelo mesmo processo, do canal Cujubim que contorna, pela margem esquerda, a cachoeira Benquerer, também permitiria que embarcações de regular tonelagem chegassem a Boa Vista, no inverno, com a vantagem dos pequenos motores poderem trafegar por ali durante mais tempo.

Esta é a solução que me parece mais prática e viável para dotar-se imediatamente o Território do Rio Branco de navegação fluvial mais eficiente, que tem sido e será pelos tempos afora o transporte preferencial no vale amazônico.

Ora, com essas ligeiras informações sôbre o transporte fluvial no Rio Branco verifica-se claramente que também essa região terá de progredir distintamente do resto do Território, dentro das

mesmas tradições econômicas da Amazônia das florestas. A natureza dos recursos florestais, ainda constituindo fartas reservas, a diversidade das atividades de seus habitantes e as facilidades de transporte até Caracará tornam o Baixo Rio Branco uma região que precisa de ser colonizada por sistema diferente, em articulação com o Estado do Amazonas, de que será tributária natural, e o Alto Rio Branco, de que dependerá.

A *Região do Alto Rio Branco* começa a se divisar a partir das cachoeiras de Caracará onde se vislumbram as linhas de montanha, compreendendo 170 quilômetros entre a última cachoeira até a junção do Uraricuera e Tacutu, que formam o Rio Branco. Cêrca de 20 milhas separam Boa Vista dessa junção, onde existem as ruínas do velho forte São Joaquim, ao noroeste do qual se encontra São Marcos, sede das fazendas nacionais aí existentes e em cujos baixios foi o gado introduzido há duzentos anos.

As chamadas "fazendas nacionais", patrimônio da União, vêm sendo administradas por prepostos do Ministério da Agricultura, estando presentemente subordinadas ao Serviço de Proteção aos Índios. Como se vê, estão completamente fora de suas altas finalidades e nem em São Marcos, sede dessas fazendas, existe um pôsto zootécnico ou qualquer serviço de assistência à pecuária, plantel ou campo experimental. Estou certo de que o ilustre Ministro Daniel de Carvalho desconhece essa situação de abandono. Mas desde já julgo da máxima conveniência a administração dessas fazendas pelo próprio Governo do Território, em cooperação com o Ministério da Agricultura.

Quanto mais se penetra o Rio Branco, mais se comprova o afastamento das matas e mais se alargam os chamados campos naturais, cujas vantagens para a pecuária têm sido apregoadas desde as primeiras explorações. Mas, do enorme rebanho de 250.000 cabeças de outrora, calcula-se hoje que apenas existem cêrca de 120.401 bovinos, 24.413 equinos, 2.537 suínos e 1.687 ovinos, do gado que se reparte na extensa área de ..... 5.549.017.254 m<sup>2</sup> em que se dividem as 276 fazendas do Território.

Em tôda essa enorme extensão, espalha-se ainda a maior parte do pequeno total dos habitantes do Rio Branco, numa desproporcional rarefação nas regiões banhadas pelos rios Uraricuera, Surumu, Maú, Majari, Parimé, Tacutu, Cotingo,



Cauamé, Mocajá, etc. O mapa de localização de fazendas ofereceria uma visão do levantamento potamográfico do Alto Rio Branco, com uma variada denominação indígena.

Têm sido controvertidas as pesquisas sobre as causas do decréscimo dos rebanhos riobranquenses, pronunciando-se uns pelas matanças sem controle, outros pela pobreza dos pastos e ainda outros pelas doenças que determinam baixas periódicas, principalmente na época das secas, quando o contágio é mais fácil nos bebedouros estagnados e anti-higiênicos. A meu ver, a causa principal consiste na falta de assistência técnica, pela qual se poderia conseguir o desenvolvimento da pecuária em bases racionais devendo o Governo instalar inicialmente vários postos zootécnicos nas zonas de maior densidade de população bovina, não esquecendo um laboratório de análises para o estudo das diversas doenças, com capacidade para a preparação de soros com material colhido *in loco*.

A par dessa providência indispensável, salienta-se outra não menos importante, qual será a introdução dos reprodutores selecionados de raça adaptável. Tal medida se mostra quase que impraticável em relação às necessidades previstas, não só pela conhecida precariedade dos transportes, como também pela enorme distância do centro de origem, que, no caso, seria certamente o Estado de Minas, pois que as despesas gravariam de tal modo o custo dos animais, a ponto de tornar inacessível a sua aquisição pelos pecuaristas, na grande maioria pobres e com encargos numerosos. Assim, é aconselhável a criação de um plantel de proporções correspondentes às necessidades locais, do sorte que a respectiva procriação seja liberada aos interesses a preços módicos. A seguir, por força das circunstâncias correlatas, outros fatores técnicos seriam atraídos e teríamos conseguido, em alguns anos, o desejado ressurgimento dos rebanhos com feição revigorada que, além de despertar o estímulo adormecido do sertanejo, lhe proporcionaria a consolidação da sua economia e, conseqüentemente, um padrão de vida compatível com a civilização moderna.

Em virtude das dificuldades e carestia de transportes de reprodutores para o Rio Branco, a inseminação artificial poderia constituir um recurso aconselhável para a renovação dos rebanhos riobranquenses, dadas as suas apregoadas vanta-

gens. Para isso impõe-se, entretanto, a organização de postos zootécnicos, porquanto os processos de inseminação ainda estão em fase experimental e exigem, por isto mesmo, assistência da parte de técnicos do Estado.

Carece também o sertão de transporte que facilite e estimule a atividade dos fazendeiros, agricultores e garimpeiros, proporcionando-lhes maior e mais justo prêmio ao seu labor árduo. Essa penetração, com caminhões, é fácil uma vez que os campos gerais são perfeitas estradas naturais, cuja adaptação não exige grandes e custosos trabalhos de engenharia.

Gustavo Wallis fez excelentes referências à uberdade do solo, na parte interior do rio, e viu que as terras firmes são propícias às mais diversas culturas. Quanto à nosologia dos campos, creio que essas resultam mais do regime alimentar e dos hábitos de civilização do que propriamente do clima e da natureza. Aí se torna difícil a propagação de mosquitos, apesar dos alagadiços favoráveis à proliferação, pois a constância dos ventos concorre para expulsar os maiores causadores das epidemias que mais ajudam a aniquilar o homem amazônico.

Não é sem significação de salubridade o fato de se localizar no Alto Rio Branco a quase totalidade dos habitantes territoriais, que só não têm crescido progressivamente em virtude da falta de assistência e das influências do regime econômico que domina todo o meio social da região. E' certo que os animais, como o cavalo, por exemplo, têm definhado, em contraste com o desenvolvimento físico dos habitantes, o que observadores apressados procuram explicar através das deficiências em mineral do solo e da pobreza nutritiva dos pastos. Entretanto, o cavalo do Rio Branco, com a sua baixa estatura e a sua aparência franzina, vem correndo há dois séculos aquelas campinas, numa obra de adaptação para a qual não tem encontrado a cooperação renovadora do homem.

Deixando de lado o Tacutu, caminho de importantes incursões coloniais, quero me referir ao Uraricuera, em cuja junção com aquele rio se forma o Rio Branco. Na maior parte de seu curso, o Uraricuera é flanqueado, em ambos os lados, por admiráveis campos. Mas, a par desses campos, há ainda a considerar a riqueza de um potencial hidro-elétrico ainda não pesquisado. Dentre os mananciais desse potencial, lembro apenas, nas proximidades da desembocadura do Uraricuera, a ca-



choeira do Purimame, milha e meia acima. "Purimame escreveu Rice, "tem 95 pés de altura e o Uraricuera se arremessa com violência sobre os travessões aos bancos inferiores. A massa d'água se precipita por um grande desfiladeiro que intensifica o rugir das águas, proporcionando um espetáculo impressionante e inspirador, em massa e volume".

Apesar de ainda não ter sido estudado o potencial hidro-elétrico do Rio Branco, já existe projeto de eletrovia, da autoria do engenheiro Alberto Pizarro Jacobina. Nesse projeto, Boa Vista se uniria a Georgetown por uma estrada, sendo aliás essa distância mais curta do que a de Boa Vista a Manaus. A respeito desse problema de ligação, lembro o parecer do Cel. Alípio Bandeira, publicado em 1910: "... Quando se fizer uma estrada de ferro" — disse o antigo chefe do S.P.I. — "que ligue Manaus a um pôrto de mar no Atlântico, através da Guiana Inglesa, então não somente o Rio Branco mas todo o Estado do Amazonas estará com a porta aberta para a abundância e o progresso".

Igualmente notável é o Salto Paredão, no Rio Mocajá, com cerca de 20 pés de altura e mais próximo de Boa Vista, talvez a pouco mais de 150 quilômetros.

Quanto à *Região Montanhosa*, as elevações, montanhas, colinas e serras do Território do Rio Branco, de formação possivelmente paleozóica ou triássica, típica do sistema goiano, começam a se definir a partir das serras "Grande e Pelada" de onde as planícies do Rio Alto Rio Branco se vão elevando de 250 a 300 metros até uma brusca transição para a zona planáltica, a começar de São Marcos.

A partir da rampa desse planalto rochoso de pórfiro, que ocupa uma área de cerca de 8.000 km<sup>2</sup>, define-se a faixa montanhosa que corre da Venezuela à Guiana Inglesa, verdadeiro platô arenítico que encontra a sua maior altitude no Monte Roraima, monumento gigantesco de 20 quilômetros de comprimento e 2.880 metros na sua cota mais alta.

A região montanhosa do Território do Rio Branco, de difícil acesso, é ainda menos povoada que a do Baixo Rio Branco. Em algumas de suas serras, principalmente a do Tepequém, desloca-se continuamente uma população de aventura, entregue à faina dos garimpos de diamantes, cujo va-

lor de exportação, em 1946, atingiu a Cr\$ ..... 14.278.000,00, o que representa considerável percentagem, sabendo-se que, nesse mesmo ano, o total do valor da exportação do Território atingiu somente Cr\$ 16.603.000,00.

O fascínio do diamante estimula a ocupação do Território do Rio Branco mas retarda a sua colonização, como agente desorganizador da economia baseada na incipiente produção vegetal, agricultura e pecuária. Até os serviços públicos sofrem evasão, nos períodos de lavra, apesar dos altos salários que pode oferecer aos servidores do Governo. E, como consequência desse regime econômico, Boa Vista sofre os efeitos das altas e das baixas da cotação, como presentemente acontece.

Ao concluir este tópico sobre a geo-economia riobranquense, evoco as estimativas apresentadas pelo Sr. Océlio de Medeiros, no seu trabalho "À margem do planejamento econômico da Amazônia", baseado em dados de 1945:

O Território Federal do Rio Branco, embora produzindo *borracha fina* (9.833 quilos, no valor total de Cr\$ 35.123,00), *serambi em rama* (585 quilos, no valor de Cr\$ 4.973,00) e *balata em blocos* (7.651 quilos, no valor de Cr\$ 128.285,00), *não apóia a sua economia na indústria extrativa vegetal*. A falta de estatísticas, não consta aqui a produção de castanha do Território do Rio Branco, que é assaz considerável, em virtude da produção do Rio Branco, propriamente dito, Anauá, Catrimani, Jufari e Xerui. Grande parte dessa produção, principalmente dos rios Jufari e Xerui, se escoou como procedente do Estado do Amazonas.

Nos dados sobre o valor da produção, figura em segundo lugar a produção vegetal, com aqueles produtos, no valor total de Cr\$ 288.344,00. É que a economia do Território se baseia na indústria extrativa mineral, produzindo exclusivamente diamante com 16.106 quilates, no valor de Cr\$ ... 6.442.400,00, quase a totalidade do valor da produção em geral, que é de Cr\$ 6.764.810,00.

A indústria extrativa animal ocupa o terceiro lugar, com 782 quilos de *peles queixada* (289) *caietu*, (278), *veado* (162), *onça* (30), *maracajá* (18) e *ariranha* (5), no valor total de Cr\$ ... 34.006,00.

Sobre a produção extrativa vegetal do Território Federal do Rio Branco, julgamos ainda in-



dispensável transcrever novas observações do Técnico de Administração, Araújo Cavalcanti, na obra referente à recuperação do portentoso Vale:

"A indústria extrativa do Território consiste no aproveitamento irracional — porque devastador — de essências e produtos florestais, madeiras para construção, lenha, etc. As grandes matas do Território se localizam no Baixo Rio Branco e na região montanhosa septentrional. As matas gerais são muito ricas em madeiras de lei, como, por exemplo, cedros, itaúba, sucupira, angico, pau rainha, pau darco, pau rôxo, frei Jorge — que o povo chama Freijó — inúmeras variedades de louros — rosa, chumbo, abacate, aritu, saboarana, nampá, piquiá, copaíba e aguano. A quantidade e a variedade de madeiras de valor econômico são impressionantes. Infelizmente, o empirismo, a ausência de crédito, a falta de aparelhamento adequado e a deficiência dos meios de transporte conspiram contra a exploração racional das florestas riobranquenses (in *(Recuperação e desenvolvimento de vale do Rio Branco* — pág. 45, editora *A Noite*, Nov. 1945).

#### VII — O TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO E SEUS PROBLEMAS DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO.

O Território Federal do Rio Branco, a despeito das investigações de ocupação de suas populações, que chegam a criar pequenos adensamentos semeados nas três sub-regiões em que se divide sua extensa área, ainda permanece numa fase colonial comparável a de certas zonas do Brasil de antanho, no período do reconhecimento e no ciclo das "bandeiras". Até bem pouco tempo era, por assim dizer, um país por descobrir, desafiando a ousadia dos pioneiros.

A civilização, porém, não pode ser considerada intrusa, no Rio Branco. Apenas o homem retardou a tarefa de ocupação do lendário vale, conquistando os imensos campos naturais e explorando as riquezas que jazem à superfície de dois portentosos sistemas orográficos pouco estudados. Devido a esse retardamento de ocupação, — que só se ampliou com a criação do gado em estado de natureza, e com a descoberta de aflorações minerais, — é que o povoamento do Rio Branco ainda não foi levado a sério e nem sequer há estudos satisfatórios de suas populações. Sob esse aspecto, lembro que se tem escrito mais sobre as primitivas tribus indígenas do que sobre os núcleos de populações civilizadas da área riobranquense.

Apesar dessa falta, que tanto dificulta o estudo dos problemas de imigração e colonização do Rio Branco, não posso deixar de me referir à con-

tribuição, sobre o assunto, do Professor Giorgio Mortara, baseada nos dados obtidos pelo Recenseamento de 1940. O ilustre estatista italiano utilizou, nos seus estudos, os cartões individuais do censo demográfico, promovendo o exame, no que diz respeito aos distritos desmembrados, das cadernetas dos agentes recenseadores e dos mapas topográficos. Dêsse modo, estimou, naquele ano, em 12.130 habitantes, a população em conjunto do Território. Dêsses habitantes, 10.509 se localizam no município de Boa Vista, com uma superfície de 170.581 km<sup>2</sup> espalhando-se os restantes 1.621 habitantes nos 81.784 kms do município de Catrimani.

Para melhor provar o desconhecimento reinante em torno do Território Federal do Rio Branco, informo que o Município de Catrimani, criado por lei, não existe de fato nem possui sede organizada.

Sendo de 252.565 km<sup>2</sup> a superfície do Território do Rio Branco, na conformidade daqueles estudos, a densidade apresentada naquele ano foi de 0,048 hab/km<sup>2</sup> inferior de 99% à média da União, já tão baixa.

No Município de Boa Vista, com a densidade de 0,062 hab/km<sup>2</sup>, localiza-se a capital do Território, a cidade de Boa Vista, pequeno centro que naquele ano acusava 1.159 habitantes no quadro urbano e 239 no suburbano. O Município de Catrimani, sem existência prática, acusou a densidade de 0,020 hab/km<sup>2</sup>.

O referido Prof. Mortara supondo que a taxa anual de crescimento da população do Rio Branco seja a mesmo provisoriamente adotada nas estimativas para o conjunto da União, calculou que a população do Território seria de 13.000 habitantes em 1943. Mesmo que essas estimativas tenham sido elevadas, no presente ano, para mais de 15.000 habitantes, em virtude de movimentos migratórios sobre os quais faltam informações precisas, justo é reconhecer que os 250.000 km<sup>2</sup> que aproximadamente constituem a superfície do Território Federal do Rio Branco se acham praticamente desconhecidos e despovoados.

Quanto aos núcleos urbanos, apenas merecem referência a cidade de Boa Vista e a vila de Caracarái. E' que a população riobranquense, já de si tão escassa é rural, na sua grande maioria, acusando em 1940 uma cota de 88,48% na zona rural; 9,55% na urbana e 1,97% na suburbana,



conforme a atual divisão administrativa, que precisa de ser quanto antes revista, por ser falha e não enquadrada na realidade territorial.

A não existência, na área riobranquense, de aglomerações urbanas, no sentido demográfico da expressão, se explica através do regime econômico que até agora vem incentivando as incursões nas zonas dos terrenos baixos e alagadiços, zonas dos terrenos altos e secos e zona das montanhas e serras. Com efeito, a *pecuária* e a *garimpagem*, que constituem a base da economia da região, têm sido, até agora, os fatores determinantes do desbravamento, da ocupação e da colonização de investida da área riobranquense.

Enquanto a pecuária tem concorrido para o povoamento do Alto Rio Branco, promovendo a fixação de suas populações, o garimpo desfalca os centros urbanos, empobrece as zonas de cultura e desorganiza a economia regional, determinando apenas a movimentação extensiva de concentrações aleatórias e nômades, de populações aventureiras que se deslocam ao sabor dos afloramentos minerais.

O gado e o diamante representam, por isso mesmo, da maneira como vêm sendo explorados, únicos agentes de uma economia de incerteza, regulando a prosperidade e a decadência de uma região que vive ainda no ciclo primitivo das aventuras financeiras.

E' significativo o fato de localizar-se a maior parte dos habitantes (cêrca de 80%) do Território do Rio Branco nas áreas propícias do Município de Boa Vista. Deve-se isto à existência na referida área municipal de extensos campos gerais, no Alto Rio Branco, com cêrca de 276 fazendas, de ocorrências de depósitos diamantíferos, que se manifestam ao norte, na Região Montanhosa, nos contrafortes do sistema guiano, em florações casuais de origem vulcânica, conforme se observa na serra do *Tepequém* (Tupã-moquem).

As correntes humanas que afluem a essas regiões, ora aumentando ora diminuindo os núcleos sedentários resultantes dêsse povoamento de incursões, têm estimulado a ocupação aleatória do Alto Rio Branco e da Região Montanhosa, em detrimento do Baixo Rio Branco. Não fôsse a existência de zonas propícias ao gado, nas terras firmes do Alto Rio Branco, e as descobertas ocasionais de depósitos diamantíferos, nos contrafortes das cordilheiras do Paracaima e do Parima, o gros-

so dos habitantes do Território se localizaria certamente, nas zonas de matas gerais, de clima quente e super-úmido, do Baixo Rio Branco, onde se dedicariam à indústria extrativa que caracteriza a economia amazônica, baseada na exploração dos recursos florestais da Hiléia.

Já é tempo, porém, de se substituir, no Território do Rio Branco, o atual regime de ocupação aleatória, resultante das repetidas incursões, por um adequado sistema de colonização dirigida, baseada na imigração selecionada, de elementos nacionais e estrangeiros, e no povoamento racional. Para êsse fim, torna-se imperioso executar, quanto antes, um sério trabalho de levantamento, com objetivos de zoneamento e planejamento econômico, a fim de que sejam eleitas as áreas mais propícias à imigração dirigida.

Sim, imigração dirigida, porque não acredito que a imensa área riobranquense, mais extensa que São Paulo e com climas e condições de acesso mais variados, possa ser povoada e colonizada apenas pelo aumento natural de sua população de fato, pelo crescimento reprodutivo ou excesso de nascimento sôbre os óbitos.

Referi-me à necessidade de se atrair a imigração estrangeira, no Rio Branco, porque também não acredito que essa tarefa, excluída a possibilidade de alcançá-la pela elevação do baixo índice de natalidade, — possa ser realizada, apenas, por deslocação de massas de nordestinos, conforme se vem verificando através dos diversos períodos da história colonial da Amazônia.

Sob êsse aspecto, haverá quem objete tratar-se de zona de fronteira e da impossibilidade da ambientação de europeus, por diversas razões, principalmente as de ordem climática e econômica. Mas é preciso observar, desde já, que aquela zona não é uma linha mas uma extensa faixa de 150 quilômetros e que imigrantes europeus, podem dar-se tão bem no Rio Branco, — nos seus 150.000 km<sup>2</sup> de campos gerais, semelhantes aos pampas gaúchos ou na região montanhosa de clima temperado igual aos de regiões nacionais de grande desenvolvimento urbano — como no Estado do Rio Grande do Sul, onde imigrantes europeus criaram uma civilização pastoril e agrária numa faixa mais estreita e numa fronteira mais importante. Ainda sob as dificuldades de aclimação, de imigrantes europeus, no Alto Rio Branco, quero lembrar, ainda, que não foram nordestinos os pioneiros da co-



lonização de outras extensas partes da Amazônia não brasileira...

Insisto, portanto, na necessidade da execução, quanto antes, de uma política de colonização dirigida no Território Federal do Rio Branco, não só por estar o mesmo praticamente despovoado, mas também pela oportunidade que ora se nos oferece, e que ainda de todo não perdemos, de recrutar apreciáveis contingentes de populações desajustadas da Europa. Verificar, além do mais, nessa oportunidade, o recrudescimento do interesse nacional para solucionarmos satisfatoriamente os nossos problemas de imigração e colonização, de que é prova o projeto já apresentado pela Comissão Parlamentar de Imigração, Colonização e Naturalização. Por outro lado, a Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia já está ultimando os estudos com que tem em vista desenvolvimento da portentosa região de que o Rio Branco é uma das partes de maiores possibilidades de progresso.

Não erro ao declarar que os vultosos recursos financeiros até agora deferidos ao Território que represento já dariam para iniciar a organização de três poderosos núcleos coloniais, um no Baixo Rio Branco e os dois outros no Alto Rio Branco. Tais núcleos seriam os embriões de futuros adensamentos demográficos, com maiores possibilidades que a atual cidade de Boa Vista. Infelizmente, esses recursos não têm sido programados em planos a longo prazo mas tão-somente discriminados em propostas orçamentárias anuais, na forma em vigor, com maior percentagem para as verbas de material, pessoal e obras a serem construídas na sede do Governo, onde a administração central ainda se instala numa ala do edifício construído pelos piedosos padres de Boa Vista, e onde as divisões da administração ainda ocupam prédios sem condições satisfatórias.

O Alto Rio Branco, representa, na Amazônia, o cenário da civilização do futuro. Aí deve ser exe-

cutado um sério plano de colonização a longo prazo, pelas condições receptivas que oferece ao desenvolvimento de contingentes imigratórios dos povos mais progressistas. Considera-se, ainda, que o Alto Rio Branco e a Região Montanhosa, onde há condições de vida e possibilidades de civilização diferentes do resto da Amazônia, integram o mesmo centro de interesse econômico dos países limítrofes, produtores de petróleo e necessitados de gado, gêneros alimentícios, matérias primas e inúmeros produtos. Dêse modo, o Território do Rio Branco se configura numa comunidade de Estados, que não se podem desenvolver isoladamente, mas em conjunto, em harmonia de interesse e em vivo intercâmbio. Adote-se, portanto, nessa região, uma nova política internacional, baseada na franquia de certos núcleos de fronteira. Execute-se, paralelamente, um plano de desenvolvimento regional, visando-se a irradiação da riqueza do Rio Branco tanto para Manaus como para os portos marítimos mais próximos, principalmente Georgetown. E, assim sendo, o Território Federal do Rio Branco alcançará rapidamente o seu desenvolvimento geográfico e servirá ao abastecimento dos mercados estrangeiros vizinhos, com excelentes vantagens para o seu futuro.

Sob esse aspecto geopolítico, não podemos ir de encontro às realidades geográficas. Concorde que o Rio Branco deve ser o abastecedor de Manaus e de muitas cidades do Estado, no que diz respeito ao gado e produtos derivados. Mas, geográfica e economicamente o futuro do Território do Rio Branco está intimamente ligado às necessidades dos mercados limítrofes e dos escoadouros mais próximos do Atlântico. Por isto mesmo, devemos deixar de lado idéias de nacionalismos tancanhos e procurar incentivar a transformação do Território do Rio Branco numa fronteira viva, adequadamente povoada e em articulação com os núcleos de civilização circundantes.